

COMO OS SISTEMAS POLÍTICOS DO PERÍODO DE 2000 A 2016 AFERATARAM O DESEMPENHO ECONÔMICO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Gabriella Locatelli Madeira¹
Maressa Layan Queiroz de Souza¹
Mariana Silva Flora¹
Taylon Róger Souza Santo¹

Palavras-chave: Sistema Político. Desempenho Econômico. Estados Unidos da América

1. INTRODUÇÃO

O governo é responsável pela ordem e funcionamento da sociedade, garantindo o bem-estar comum. Cada país adota um sistema político diferente, que integra as relações das instituições existentes. Em um sistema político é necessário ser definido a forma de governo, o sistema de governo, o sistema eleitoral e sistema partidário.

Os Estados Unidos, país que será analisado neste estudo, é uma república federativa, com o chefe de governo sendo um presidente. Assim, a partir do sistema político adotado, pretende-se avaliar como as políticas afetam o desempenho econômico do país. Para tanto, o presente artigo está dividido em 4 seções, sendo que a segunda seção tratará sobre os sistemas políticos. Na terceira seção será realizada uma análise dos governos americanos durante o período de 2000 a 2016 e por último, a conclusão.

2. SISTEMA POLÍTICO

Nessa seção serão abordados os diferentes sistemas políticos existentes. Assim, pretende-se mostrar como o governo pode se organizar para sua administração, a relação entre os poderes, e a forma como ocorre as eleições.

2.1. Formas de Governo

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

E-mail: gabriellalocatelli@yahoo.com.br.

E-mail: maressalayan@gmail.com.

E-mail: mariana.sje@hotmail.com.

E-mail: taylonroger@outlook.com.

Forma de governo é como o Estado se organiza para administrar a sociedade. Desse modo, surgem as práticas governamentais, que caracterizam as ações de cada governante. As formas de governo mais conhecidas são a Monarquia e a República (LENZA, 2016).

A Monarquia é a forma de governo na qual o chefe de Estado é um monarca, que é chamado de rei, imperador, príncipe e outros. A característica fundamental da Monarquia é que o monarca possui poder vitalício, que é repassado hierarquicamente, sem consulta popular. Os cidadãos que vivem em uma Monarquia são denominados de súditos. Essa forma de governo predominou no mundo até o final do século XIX (LENZA, 2016).

Já o termo República deriva do latim “res publica”, que significa coisa pública, a República é uma forma de governo onde existem uma ou mais pessoas que exercem o poder por um período predeterminado, e esse poder é concedido através de votos (LENZA, 2016).

Em conformidade com Genipper (2016), na República prevalece a democracia, ou seja, são os cidadãos que elegem seus governantes seja pelo voto direto, ou por intermédio do Parlamento. Para que a República seja realizada de forma plena as eleições devem ser livres e o voto deve ser secreto. Normalmente, o representante do povo, chefe de Governo, é chamado de Presidente da República.

Existem Repúblicas em que o Presidente da República não é detentor do poder maior, ou seja, há uma função no governo acima do Presidente, isso ocorre nas Repúblicas Parlamentares. Nesses casos, o principal representante da nação é o Primeiro Ministro.

2.2. Sistema de Governo

Sistema de governo diz respeito à maneira com que se dá a relação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo ao exercer suas funções governamentais para atingir um bem comum. Se o sistema será presidencialista ou parlamentarista dependerá de como esse relacionamento ocorre (ALEXANDRINO; PAULO, 2007).

O parlamentarismo teve sua matriz na Inglaterra por meio de um processo histórico ocorrido a partir das monarquias, quando o parlamento passou a conquistar o poder antes exclusivo do rei (ROGÉRIO, 2007).

O parlamentarismo é considerado por Tuma (2014) como um sistema político-representativo e que possui uma distribuição dos poderes, porém esses poderes possuem uma separação enfraquecida ou flexível.

Sendo assim, Tuma (2014) afirma que o Poder Executivo, que é em forma de gabinete, é quem representa a sociedade e quem conduz a política do país, já o Chefe de Estado é aquele que representa o Estado, mas não participa das decisões políticas. Bandeira (2015), afirma que o primeiro-ministro é o Chefe de Governo e que o mesmo é de responsabilidade do Poder Legislativo, sendo escolhido pelo mesmo. Da mesma forma em que esse Poder escolhe os primeiros ministros, ele também pode excluí-los pelo voto de desconfiança ou censura. Dessa maneira, o Chefe de Governo é quem tem o poder executivo.

Foi na Constituição norte-americana de 1787 que o presidencialismo foi constituído (BANDEIRA, 2015). Rogério (2007), afirma que nesse sistema há a separação dos poderes, sendo assim, as funções executivas, legislativas e judiciárias, ambas funções do estado, são exercidas por órgãos diferentes e que possuem uma certa autonomia. Dessa maneira há a aplicação de ideias democráticas que visam à liberdade, igualdade e soberania popular.

Nesse regime o Poder Executivo é formado pelo Estado e pelo Governo (BANDEIRA, 2015). Segundo Giannini (2014), o chefe do Poder Executivo, denominado de Presidente da República, é escolhido pelo povo para ocupar o cargo por meio de eleições, que podem ser diretas ou por colegiado, e o seu mandato possui um prazo pré-determinado. O presidente escolhido será o chefe da administração, comandará as forças armadas e ainda dará orientações e direcionará a política externa. Porém, Bandeira (2015) afirma que se há autoritarismo por parte do Presidente da República, há um sistema ditatorial.

Apesar de os órgãos serem diferentes, o Presidente da República precisa de um bom relacionamento com o parlamento, afinal as políticas a serem implantadas pelo mesmo dependem em grande parte de aprovações das leis e dos orçamentos, que são aceitas pelo Congresso (GIANNINI, 2014).

2.3. Sistema Eleitoral

Há três tipos de sistemas eleitorais, esses são determinados segundo as regras de cômputo, contagem, agregação de votos, que conforme Nicolau (2004), têm suas resoluções em mandatos. O sistema é definido pelo tipo de regra adotado para eleger o representante do povo nas respectivas localidades. Nas palavras de Dalmoro e Fleisher os sistemas eleitorais são relatados da seguinte forma:

A elaboração de uma lei eleitoral para um determinado país ou estado é a definição das regras que levarão a cabo a representação dos habitantes dessa região em seus órgãos legislativos e executivos, ordenando preferências através da distribuição de um ou mais assentos (principalmente das câmaras baixas) em conformidade com aquilo que for expresso pelos eleitores em seus votos seja proporcional, para eleições legislativas, ou majoritário, para eleições legislativas ou executivas. É um conjunto de regras que vai determinar como se dará a representação, quantos representantes, como serão escolhidos e o prazo de seus mandatos, além de outros aspectos como propaganda, recursos para campanhas, prazos de filiação e os de inelegibilidade (DALMORO; FLEISHER, 2005, p.85).

O sistema eleitoral que será implantado em um país é constituído por várias normas, para defini-las, leva-se em consideração uma série de características presente nas localidades, como a quantidade de partidos, se a população é instruída, as normas para divulgação de pesquisa, as regras para propaganda eleitoral entre outros fatores (NICOLAU, 2004).

2.3.1. Majoritário/Distrital

Nesse sistema os eleitos são os candidatos mais votados. Existem dois tipos de voto majoritário, sendo eles:

- Voto majoritário uninominal: divide o território em distritos e os eleitores pertencentes a cada um desses distritos nomeiam um representante. “As cadeiras são divididas de modo que cada distrito elege um representante. O candidato mais votado é eleito, mesmo que não tenha mais de 50% dos votos”. (PIGNATO; ZALONRENSSI, 2017).
- Voto majoritário plurinominal: as regiões são divididas em distritos que, pelo voto majoritário elegem mais de um representante. Segundo Pignato e Zanlorenssi (2017), “nos modelos plurinominais, os eleitores podem votar em mais de um candidato, geralmente tendo o número total de vagas como limite”. No Brasil esse tipo de voto é aplicado nas eleições do Senado, os eleitores podem votar em dois candidatos.

2.3.2. Proporcional

Na representação proporcional existe uma conversão da proporção de votos do partido para uma proporção equivalente de assentos na legislatura. Para esse sistema é necessário o uso de círculos eleitorais tendo mais de um membro. Quanto maior for o número de representantes a serem eleitos por círculo eleitoral e quanto menor a fronteira para

representação na legislatura, o sistema será mais proporcional, dando chances de partidos menores conquistarem posição de representantes (REYNOLDS et al. 2005).

De acordo com Reynolds e outros (2005), cada partido deve apresentar uma lista de candidatos para um círculo eleitoral, os eleitores votam em partidos, e esses obtêm assentos de acordo com a proporção geral de votos. Nos sistemas de listas fechadas a ordem dos candidatos é definida por sua posição na lista. Para o sistema de lista aberta a ordem é dada pelo número de voto que cada um recebe, portanto nesse sistema os eleitores podem escolher os candidatos e o partido.

2.3.3. *Misto*

No sistema misto, como o próprio nome diz, é uma combinação dos sistemas eleitorais majoritários e proporcional. Os votos dos eleitores contribuem para eleger representantes sobre os dois sistemas. No Brasil, por exemplo, parte dos deputados são eleitos pelo voto proporcional e outra parte pelo voto majoritário. Os modelos podem ser independentes, se eles existem em paralelo, ou dependentes, se a votação de um sistema exerce influência sobre o outro. (PIGNATO; ZALONRENSSI, 2017).

2.4. **Sistema Partidário**

Partidos políticos são organismos que tem por objetivo conquistar e exercer o poder político para representar os desejos de um certo grupo de indivíduos. Deste modo, os partidos políticos são instrumentos importantes para aumentar a representatividade da população perante o governo. O conjunto de partidos políticos é denominado como sistema partidário (CORDEIRO, 2009).

O sistema partidário pode ser dividido em três categorias: o bipartidário, o multipartidário e o partido único.

O sistema bipartidário é o sistema partidário mais comum, ele é caracterizado por existirem apenas dois partidos políticos com capacidade de alcançarem o poder, ou seja, só existem dois partidos de relevância nacional. No Sistema bipartidário o partido que vence as eleições é a situação e obviamente o partido que perde é a oposição. Países como os Estados

Unidos da América, Austrália, Inglaterra, Austrália e Canadá utilizam este sistema partidário (CORDEIRO, 2009).

Em consonância com Cordeiro (2009), o sistema multipartidário é característica dos países que apresentam três ou mais partidos políticos que possuem representatividade nacional, ou seja, qualquer um deles tem a possibilidade de chegar ao poder. Esse sistema partidário é bastante democrático, pois as minorias têm a capacidade de criarem um partido para representar seus interesses.

Os adeptos do pluralismo partidário amplo louvam-no como a melhor forma de colher e fazer representar o pensamento de variadas correntes de opinião, emprestando às minorias políticas o peso de uma influência que lhes faleceria, tanto no sistema bipartidário como unipartidário. (CORDEIRO, 2009, p.32).

Ainda segundo Cordeiro (2009), em um sistema de governo parlamentarista, o sistema multipartidário pode causar a coalização dos partidos, já em um sistema presidencialista o multipartidarismo pode enfraquecer esse regime, pois o presidente teria que negociar com muitos grupos diferentes, e isso, enfraqueceria o seu poder de decisão. Utilizam o multipartidarismo países como o Brasil, Alemanha, Dinamarca, Portugal e outros.

O sistema de partido único é bem diferenciado dos outros porque só é permitido a existência de um único partido. A ocorrência de partido único é mais comum em regimes totalitários. Assim, a “grande maioria das ditaduras do século passado, com algumas raríssimas exceções, valeu-se do partido único como instrumento máximo da conservação do poder” (CORDEIRO, 2009, p.33).

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS DOS ESTADOS UNIDOS

Com a independência dos Estados Unidos da América, em 4 de julho de 1776, a república federativa foi estabelecida no país. Os primeiros a formular os arranjos constitucionais do país, não acreditavam na boa atuação dos partidos políticos, porque esses partidos poderiam manipular a independência dos votos dos eleitores. Para minimizar a influência dos partidos políticos, os formuladores dividiram o poder em três: executivo, legislativo e judiciário (FRANCISCO NETO, 2008).

Atualmente existe nos Estados Unidos 50 estados autônomos, assim, seus representantes defendem e decidem pelos interesses locais de cada estado. O responsável pelo poder executivo, o chefe de governo, é o Presidente da república (BANDEIRA, 2015).

O Colégio Eleitoral dos Estados Unidos, instituição oficial responsável pela eleição do Presidente e Vice-presidente, é formado por 538 delegados que representam os eleitores dos 50 estados. A quantidade de delegados que cada estado possui depende do número de habitantes que compõe esse estado, sendo que cada um deles deve ter no mínimo três delegados. Para eleger esses representantes o povo participa de uma eleição prévia, que é denominada como eleição primária (FRANCISCO NETO, 2008).

Os senadores e deputados são eleitos por voto direto de cada estado, o povo é quem os elege. Cada estado elege dois senadores responsáveis pela nomeação de autoridades, pela votação de impeachment e pela aprovação de acordos internacionais antes dos mesmos serem efetivamente aplicados. Estes senadores possuem mandatos de seis anos, sendo que um terço deles se renova a cada dois anos (BANDEIRA, 2015).

Cada estado elege pelo menos um deputado, que possui mandato de dois anos, esses deputados representam diretamente a população. Os deputados possuem o poder de remover políticos com mandatos no congresso, propor leis sobre finanças, além de votarem em um representante para presidente e vice-presidente, eleitos pela maioria absoluta dos votos.

Conforme Bandeira (2015), a escolha do presidente e vice-presidente é feita de quatro em quatro anos e de forma indireta, ou seja, os eleitores votam em seu candidato preferido, os mais bem votados, viram candidatos no Colégio Eleitoral. O candidato à presidência precisa ter pelo menos 35 anos, além de ter nascido nos Estados Unidos da América e ter vivido no mesmo por no mínimo 14 anos. Segundo Francisco Neto (2008), o financiamento da campanha eleitoral pode ser feito por meio de recursos públicos ou privados, não podendo utilizar os dois de forma conjunta, cabendo ao candidato decidir a fonte do financiamento de sua campanha.

Para o presidente e o vice-presidente serem eleitos, é necessário que ambos consigam pelo menos 270 dos 538 votos dos delegados, sendo que essa votação é feita separadamente para cada cargo. Deste modo, o sistema eleitoral adotado nos Estados Unidos é considerado distrital (BANDEIRA, 2015).

Francisco Neto (2008), afirma que nos Estados Unidos o voto não é obrigatório, e não é discriminado de acordo com sexo, condição financeira, etnia e idade, porém a idade mínima para participar da votação é de 18 anos.

O sistema eleitoral americano é criticado por tornar complicada a eleição de um candidato que possui a sua base muito regional, afinal, o mesmo não conseguirá reunir votos suficientes para se tornar presidente, assim como esse sistema acaba por dificultar o surgimento de um terceiro partido, já que é preciso a maioria absoluta para a eleição presidencial. O sistema de Colégio Eleitoral faz com que os Estados menores “valham” mais, por atribuir pesos diferentes aos votos. Por meio desse sistema também é possível eleger um presidente que apresentou a minoria dos votos populares, por meio dos votos no Colégio Eleitoral, além disso, é possível que um delegado esteja comprometido com um candidato, mas acaba votando em outro (FRANCISCO NETO, 2008).

Conforme Francisco Neto (2008), a formação dos partidos políticos nos Estados Unidos ocorreu no início do século XIX, com o Partido Republicano Democrático. Mais tarde, esse partido deu origem a dois partidos de grande influência no país, o Partido Republicano Nacional e o Partido Democrata, que apoiava uma atuação mínima do governo. Dessa forma, os Estados Unidos se enquadra no sistema bipartidário.

3.1. Análise dos governos americanos de 2000 a 2016

As eleições de 2000 foram consideradas uma das mais polêmicas dos Estados Unidos, de um lado da disputa representando o partido democrata estava Al Gore e seu vice, Joe Lieberman, já os republicanos estavam representados por George W. Bush, filho do ex-presidente George Herbert W. Bush, e o vice Dick Cheney (MUNDO, 2008).

Segundo Mundo (2008), Bush foi eleito à presidência dos Estados Unidos mesmo tendo a menor quantidade de votos absolutos. Isso é reflexo do sistema eleitoral adotado pelo país, sendo a votação de forma indireta e distrital. O estado da Florida era considerado o estado que definiria a eleição, sendo assim:

Bush venceu a disputa popular estadual por 537 votos e levou os 25 delegados do estado para o colégio eleitoral. Na eleição indireta, venceu por 271 a 266. Gore teve a maioria do voto popular, com 48,4% sobre 47,9% de Bush, mas foi obrigado, por uma votação de 5 a 4 na Suprema Corte, dominada por republicanos, a voltar para casa. (MUNDO, 2008).

Em 2004, George W. Bush venceu o senador John Forbes Kerry, que era o candidato democrata e foi reeleito com a maior votação desde 1980 nos Estados Unidos, ganhando no

voto popular, no Colégio Eleitoral, na Câmara e no Senado, ocupando o cargo até 2009. (ELEIÇÕES..., 2017).

Após assumir seu cargo em 2001, Bush deparou com uma economia com sucessivas quedas no mercado acionário, e a possibilidade da atividade econômica apresentar uma quebra abrupta não era descartada. Mas a competente gestão do Federal Reserve fez com que isso não ocorresse ao se preocupar com a inflação, mas mantendo a expansão econômica. Sendo assim o mercado de trabalho se apresentava estável, o que aumentou a confiança dos consumidores, aquecendo a economia através de aquisições (MORAES, 2005).

Moraes (2005), afirma que no primeiro mandato o presidente Bush buscava a manutenção de um déficit fiscal significativo, uma política para corte de impostos, visando à redistribuição da renda. O presidente também tinha por objetivo uma política de livre-comércio, fechando acordos bilaterais além da condução de uma política cambial.

Porém, segundo a publicação Eleições... (2017), o presidente ao ganhar a eleição já passou a contar com um impasse em relação a cortes nos impostos. Segundo Lessa (2000), os líderes do congresso, muitos deles republicanos acreditavam que esse corte deveria ser menor e mais gradativo.

Em março de 2001 o país entra em recessão, que dura até novembro do mesmo ano. O crescimento de 5% do PIB no ano anterior cai para 1,1% no último trimestre de 2001. No mesmo ano, em setembro, o presidente declarou guerra contra o terrorismo, alegando que Osama Bin Laden era o principal suspeito dos atentados de 11 de setembro. Em 2002, parlamentares norte-americanos, tanto democratas quando republicanos se unem à Casa Branca no acordo de derrubar o presidente do Iraque, Saddam Hussein. (ELEIÇÕES..., 2017).

No seu primeiro mandato em 2002, George W. Bush assinou uma lei na qual o presidente a partir de então poderia negociar os acordos comerciais, e o Congresso não poderia fazer alterações no mesmo, somente aprovar ou não. (ELEIÇÕES..., 2017).

Em novembro de 2002, o Partido Republicano consegue a maioria no senado, o que aumenta a vantagem de Bush na Câmara dos Representantes nas eleições parlamentares. (ELEIÇÕES..., 2017).

No final de 2004 o presidente foi reeleito com 50,7% dos votos e o Congresso ainda possuía a maioria republicana. Sendo assim:

A plataforma de Bush e dos republicanos inclui forte compromisso com as guerras do Iraque e do Afeganistão, apoio ao Ato Patriota, às leis que proíbem o aborto e o casamento gay, à reforma da Segurança Social, à criação de uma sociedade da propriedade, aos controles obrigatórios de emissões de carbono e à implementação

de um programa temporário de “guest-worker” para imigração. (ELEIÇÕES..., 2017).

Em 2006, após 12 anos, o Partido Republicano sofre uma derrota eleitoral para os democratas, perdendo o controle da Câmara e do Senado. Sendo assim, os democratas passaram a ter o controle do Congresso. (ELEIÇÕES..., 2017). Esse resultado, segundo a Folha Online (2006), pode ser visto como uma forma de repúdio à política do país no Iraque além dos escandalos sexuais e de corrupção envolvendo legisladores republicanos.

No final de 2007 os Estados Unidos entrou em uma crise imobiliária, conhecida como a “grande recessão”. Essa crise juntamente com a dificuldade inicial do presidente de implantar um plano para resgatar a economia levou a popularidade do mesmo a ser mais afetada ainda. A situação da economia dos Estados Unidos foi classificada como “ótima ou boa” por somente 27% da população, não sendo um bom momento para a procura de emprego (ESTADÃO, 2008).

A crise de 2007 começou após o não-pagamento dos créditos hipotecários se multiplicarem no país, fazendo com que as bolsas retraíssem. Logo após veio a crise do “*subprime*”. No segundo semestre de 2007 o Federal Reserve anuncia que a crise no mercado imobiliário é considerada “aguda”, e que para estabelecer uma política monetária os bancos precisaram lidar com fortes impactos. No ano seguinte, bancos centrais se unem para aliviar o mercado de crédito, tentando diminuir o impacto na economia. (ELEIÇÕES..., 2017).

Nas eleições presidências de 2008 o democrata Barack Obama e o seu vice Joe Biden venceram os republicanos John McCain e a sua candidata a vice Sarah Palin. Obama foi o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos, que ainda é um país marcado pelo segregacionismo (CALDAS, 2017).

Segundo Caldas (2017), as eleições de 2008 bateram recorde de eleitores, quase 66% dos eleitores registrados para as eleições presidenciais compareceram às urnas. O perfil dos eleitores de Barack Obama é constituído por pessoas jovens, negras e mulheres.

Em 2012 Obama foi reeleito presidente dos Estados Unidos da América, e como vice-presidente se manteve o Joe Biden, eles derrotaram os candidatos republicanos Mitt Romney e o seu vice Paul Ryan (G1, 2012).

De acordo com Caldas (2017), no seu primeiro mandato Barack Obama herdou a maior crise econômica do país desde a Grande Depressão de 1929. Segundo Miriam Leitão (2017), quando Obama assumiu o poder a crise financeira de 2008 havia estourado, o banco Lehman Brothers tinha quebrado, o desemprego crescia, a bolsa de valores despencou e o

dólar ficou bastante volátil. Desse modo, a crise que se iniciou nos estados Unidos se espalhou pelo mundo.

Conforme o site Terra (2017), o PIB norte-americano foi de -3,5% em 2009, e apresentou um grande aumento em 2010 atingindo 3% e em 2011 voltou a cair atingindo 1,7%. O desemprego também estava alto neste período, sendo de 9,3% em 2009, 9,6% em 2010 e 9% em 2011. E o aumento do déficit público também preocupava o governo Obama, esse déficit passou de 10 trilhões de dólares em 2008 para 16 trilhões de dólares em 2012 (TERRA, 2017).

Moreira Junior (2016), afirma que para superar a crise os políticos norte-americanos deveriam abandonar as convicções de que o Estado não deve intervir na economia para passar a apoiar a reorganização produtiva liderada pelo Estado. O governo americano deveria financiar os atores do sistema nacional de inovação e também aprovarem medidas de leis que favorecessem as inovações. Com isso, o país conseguiria reorganizar a sua produção e estimular à inovação tecnológica, e a combinação dessas medidas iriam gerar o desenvolvimento econômico do país.

Quando Obama assumiu o poder ele realizou ações para solucionar os problemas econômicos e fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Para isso, Obama conseguiu aprovar nas duas casas do congresso, um projeto denominado Lei de Recuperação e Reinvestimento, no qual o governo destinava recursos para educação, infraestrutura, energia e saúde. Isso só foi possível porque o partido do presidente, o democrata, possuía maioria no congresso, assim, consegue-se perceber a força do congresso nas decisões econômicas. Por meio dessas e outras medidas antes cíclicas os Estados Unidos apresentou um PIB positivo em 2010. Mesmo assim, a oposição criticou o estímulo orçamental, queixando-se dos enormes déficits orçamentais causados pela crise (MOREIRA JUNIOR, 2016).

Como os Estados Unidos apresenta um sistema bipartidário, a negociação do governo com o congresso deve harmonizar as intenções de dois grandes partidos, já em um sistema multipartidário o governo precisa convencer diversos partidos para que sua proposta seja aceita pelo congresso. Além disso, as instituições norte-americanas são bem estruturadas o que favorece a negociação e a estabilidade política do país.

Em 2014, já no segundo mandato de Barack Obama, os republicanos passaram a representar maioria no congresso, o que dificulta a aprovação de medidas econômicas. A vitória dos republicanos no legislativo é explicada em grande parte pelo sistema eleitoral americano, onde o voto não é obrigatório, e somente 40% dos eleitores costumam votar nessas eleições. E esses eleitores geralmente são velhos e brancos, perfil mais identificado

com o partido republicano. Além disso, a aprovação do governo Obama neste período era de apenas 40%, o que não incentivava os eleitores a saírem de casa para votar (R7, 2014).

Conforme Batista (2013), o Congresso dos Estados Unidos da América impôs à Casa Branca a derrubada do primeiro veto do presidente Barack Obama no dia 28 de setembro de 2013, aprovando a lei que permite a vítimas e familiares dos atentados de 11 de Setembro processar o governo da Arábia Saudita por causa do ataque terrorista.

Já em dezembro de 2015, quando os republicanos já eram maioria no congresso, a Câmara dos Estados Unidos aprovou a anulação das novas leis contra emissões de carbono, o denominado "Projeto de Energias limpas", adotadas pelo presidente Barack Obama. Os representantes derrubaram esse projeto por 242 votos contra 180, esse projeto buscava reduzir até 2030 as emissões americanas de carbono em 32% em relação as emissões realizadas no ano de 2015 (PRESSE, 2015).

Esses fatos afirmam a hipóteses de que um congresso dominado pela oposição pode dificultar a aprovação de medidas que sejam consideradas essenciais pelo governo. Desse modo, o presidente não é capaz de aprovar reformas ou grandes medidas que envolvam a realocação de recursos do Orçamento.

Em consonância com Caldas (2017), no segundo mandato do governo o PIB do país teve uma pequena taxa de crescimento e o desemprego que chegou a atingir 10% no primeiro mandato, foi reduzido para 4,6% em 2016, e o déficit público também diminuiu. No entanto, o governo foi bastante criticado porque os salários não voltaram a crescer como no período pré-crise.

4. CONCLUSÃO

O trabalho foi direcionado a compreender a estrutural governamental geral dos Estados Unidos da América e os impactos que tal estrutura pode causar sobre o desenvolvimento nacional no que se refere as decisões do governo.

Primeiramente, procurou-se estudar sobre as formas de governo, o sistema de governo, os tipos de sistemas eleitorais e quais os sistemas partidários existentes, logo após as descrições desses modelos, buscou-se averiguar quais dessas formas e sistemas os Estados Unidos da América estão inseridos. Sabe-se que os Estados Unidos da América têm sua forma de governo como sendo República, o sistema de governo é o presidencialismo, o sistema

eleitoral praticado é o distrital, tendo apenas dois partidos políticos, portanto, chamado de bipartidário.

Os dois partidos são, o Republicano e o Democrata, os republicanos são mais conservadores quanto a taxa de inflação e os democratas se preocupam com o nível de emprego, mas todos utilizam de políticas que garantam um crescimento estável.

No período analisado de 2000 a 2016, os primeiros oito anos foram comandados por um presidente republicano e os outros oito anos por um democrata. Em 2006 os republicanos perderam o controle da câmara dos deputados e do senado para os democratas, o que acabou por dificultar a administração do presidente George W. Bush. Quando Barak Obama assumiu a presidência no ano de 2009 o congresso ainda era controlado pelo Partido Democrata, o que facilitava a aprovação de projetos, um desses projetos foi a Lei de Recuperação e Reinvestimento.

No ano de 2014, os republicanos tornaram a ser maioria no congresso, dificultando a aprovação de medidas econômicas entre outras, como, as novas leis contra emissão de carbono. Portanto, quando o presidente não conta com a maioria do congresso, ele não é capaz de aprovar medidas que tratem da realocação de recursos do orçamento. É possível ver a força do congresso sobre as decisões.

Analisando o período do governo de Barack Obama, percebe-se que a composição do congresso nacional e o sistema eleitoral afetam as decisões de políticas econômicas do país, porém, se observa que esse efeito é pequeno na economia americana, pois a maioria das instituições que impulsionam o desenvolvimento econômico não são diretamente ligadas ao governo americano. Mas, pelo fato dos Estados Unidos serem uma democracia e apresentar uma legislação confiável, o país oferece segurança para os investidores, o que, consequentemente auxilia o desempenho econômico.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. Rio de Janeiro, Impetus, 2007.

BANDEIRA, Regina Maria Groba. Sistemas de governo no Brasil, na França e nos Estados Unidos da América. **Consultoria Legislativa**. Brasília, fev. 2015. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema6/estudo-sistemas-de-governo-br-fr-e-eua>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BATISTA, Henrique Gomes. **O GLOBO**, 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/congresso-derruba-veto-de-obama-lei-sobre-vitimas-do-11-de-setembro-20194336>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CALDAS, Edson. O legado de Barack Obama: os maiores feitos de seus oito anos de governo. **Época Negócios**. 2017. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/01/o-legado-de-barack-obama-os-maiores-feitos-de-seus-oito-anos-de-governo.html>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CORDEIRO, Rodrigo Aiache. Sistemas partidários e sistemas eleitorais. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, v. 13, 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12969/sistemas-partidarios-e-sistemas-eleitorais>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. **Partidos e coligações eleitorais no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp**, p. 85-113, 2005. Disponível em: <<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/chapters/electoral-system-design/concepcao-de-sistemas-eleitorais-uma-visao-geral-do-novo-guia-do-international-idea.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

ELEIÇÕES americanas 2008. Notícias UOL, 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/2008/eleicaouea/infograficos/anos-bush.jhtm>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

ESTADÃO. Governo Bush atinge pior nível de aprovação de sua história. **Jornal Estadão**, 2008. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-do-norte,governo-bush-atinge-pior-nivel-de-aprovacao-de-sua-historia,251058>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

FOLHA ONLINE. Democratas ganham maioria na Câmara e no Senado dos EUA. **Folha de São Paulo**. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u101633.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

FRANCISCO NETO, João. O sistema eleitoral norte-americano e a eleição presidencial. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1879, 23 ago. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11640>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

G1, Globo. Barack Obama derrota Mitt Romney e é reeleito presidente dos EUA. **Portal G1**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos>>.

eua/2012/noticia/2012/11/barack-obama-vence-mitt-romney-e-e-reeleito-presidente-dos-eua-diz-tv.html>. Acesso em: 08 nov. 2017.

GENIPPER, Belisa. Monarquia X República. **Jus Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://gnipper.jusbrasil.com.br/artigos/377182507/monarquia-x-republica>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

GIANNINI, Marcelo Henrique. **Sistema Presidencialista de Governo**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 16 out. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,sistema-presidencialista-de-governo,50259.html>>. Acesso em: 06 nov. 2017

LEITÃO, Miriam. Balanço do governo Obama foi positivo na economia. **O Globo**. 2017. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/balanco-de-obama-e-positivo-na-economia.html>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LESSA, Ivan. Colégio Eleitoral sela vitória de Bush na Presidência dos EUA. **BBC Brasil**, 2000. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2000/001218_eua1.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MORAES, Gustavo Inácio. Política econômica nos EUA: perspectivas para um novo mandato republicano. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 205-220, mar. 2005. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1038/1352>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MOREIRA JUNIOR, Hermes. **A política de Inovação do Governo Obama como Estratégia de Recuperação Econômica e Manutenção da Liderança Internacional**. Revista Oikos, Rio de Janeiro, v 15, n 2, p. 21-35, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/418/234>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MUNDO. EUA e o golpe de Estado nas eleições de 2000. **Portal Vermelho**, 2008. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/31192-1>>. Acesso em: 08 nov. 2017

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PIGNATO, Catarina; ZAMLORENSSI, Gabriel. Como funcionam os sistemas eleitores adotados no mundo. **Jornal Nexo**, 2017. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/08/16/Como-funcionam-os-sistemas-eleitorais-adotados-no-mundo>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

PRESSE, France. **CORREIO BRAZILIENSE**, 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2015/12/02/interna_ciencia_saude,508856/camara-dos-eua-anula-leis-de-obama-contra-emissoes-de-carbono.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2017.

R7. Como um Congresso de oposição afeta o governo Obama? **Portal R7**, 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/como-um-congresso-de-oposicao-afeta-o-governo-obama-05112014>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

REYNOLDS, Andrew. et al. **Concepções de Sistemas Eleitorais: uma visão geral do novo guia do Internacional IDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral**. Stromsborg, Suécia, 2005. Disponível em: <<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/chapters/electoral-system-design/concepcao-de-sistemas-eleitorais-uma-visao-geral-do-novo-guia-do-international-idea.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

ROGÉRIO, Moacir Franco. **Um estudo dos discursos parlamentares sobre sistemas de governo na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988**. Monografia (conclusão de curso) – Câmara dos Deputados, Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento, Programa de Pós-Graduação. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5725>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

TERRA. **Eleições Presidenciais nos EUA**. 2017. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/eleicoes-eua-entenda/?page=debates-passados>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

TUMA, Eduardo. Breves apontamentos sobre o parlamentarismo. **Revista Jus Navigandi**. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30335/breves-apontamentos-sobre-o-parlamentarismo>>. Acesso em: 07 nov. 2017.